

Mais uma vez o governo está tentando implementar uma reforma nas universidades federais. Através do decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, institui o Programa de apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Através do REUNI o governo quer reduzir a evasão e ampliar o número de vagas nas universidades, especialmente no período noturno.

Desta vez o governo propõe que as universidades apresentem suas propostas, diferentemente de outras ocasiões em que as propostas já vinham prontas, de cima para baixo.

O governo deve ter percebido que as universidades, muito grandes em infraestrutura, permanecem ociosas à noite, com poucos cursos noturnos. Com estes cursos, apenas com contratação de pessoal, professores e técnicos administrativos, é possível ampliar substancialmente o número de vagas reduzindo a ociosidade nas universidades.

No REUNI, o governo acena com recursos financeiros, quem implementar vagas receberá mais. O MEC, como consta no decreto: “destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas...”

A Universidade da Bahia e a Universidade de Brasília já fizeram as suas propostas que, por algumas peculiaridades, não foram totalmente aceitas pela Universidade de Goiás (UFG).

A UFG propõe que os cursos já existentes, continuem como são, inalterados, apenas com a possibilidade de aumento de vagas. Mas acata a possibilidade de criação dos BGAs (Bacharelados), com duração de três anos. O que complica, porém, é o que farão esses bacharéis após concluir os seus cursos? Poderiam dar aulas no primeiro e segundo grau. Uma outra opção seria fazer vestibular novamente e tentar um curso almejado. Mas, é muita perda de tempo!

A título de sugestão fizemos a seguinte proposta que visa aprimorar a da UFG:

Detalhes:

1. Os Cursos atuais continuarão como são, aos quais candidatos concorrerão no vestibular como se faz tradicionalmente.
2. Nos Cursos já existentes serão reservadas vagas (o quantitativo deve ser discutido, provavelmente entre 10 e 20 %, dependendo do curso), a alunos que se destacarem nos BGAs.

Para alunos dos BGAs entrarem em um curso, dentro da grande área escolhida, ele será avaliado ao longo dos três anos de duração do BGA, e terá uma nota média. Por outro lado, a cada Curso será atribuída uma nota baseada no desempenho dos alunos do referido Curso. O aluno do BGA poderá entrar no Curso pretendido, desde que a sua nota média seja igual ou superior a nota média do Curso, além da sua nota média situar-se dentro da faixa ajustada ao número de vagas oferecidas pelo curso pretendido (isto é, classificação por nota média obtida). A primeira avaliação ocorreria no final do primeiro ano ou do segundo semestre do aluno. Com estes critérios, os cursos serão expandidos por demanda. Cursos muito procurados, por mérito do aluno, serão expandidos, ampliando infraestrutura e contratação de professores.

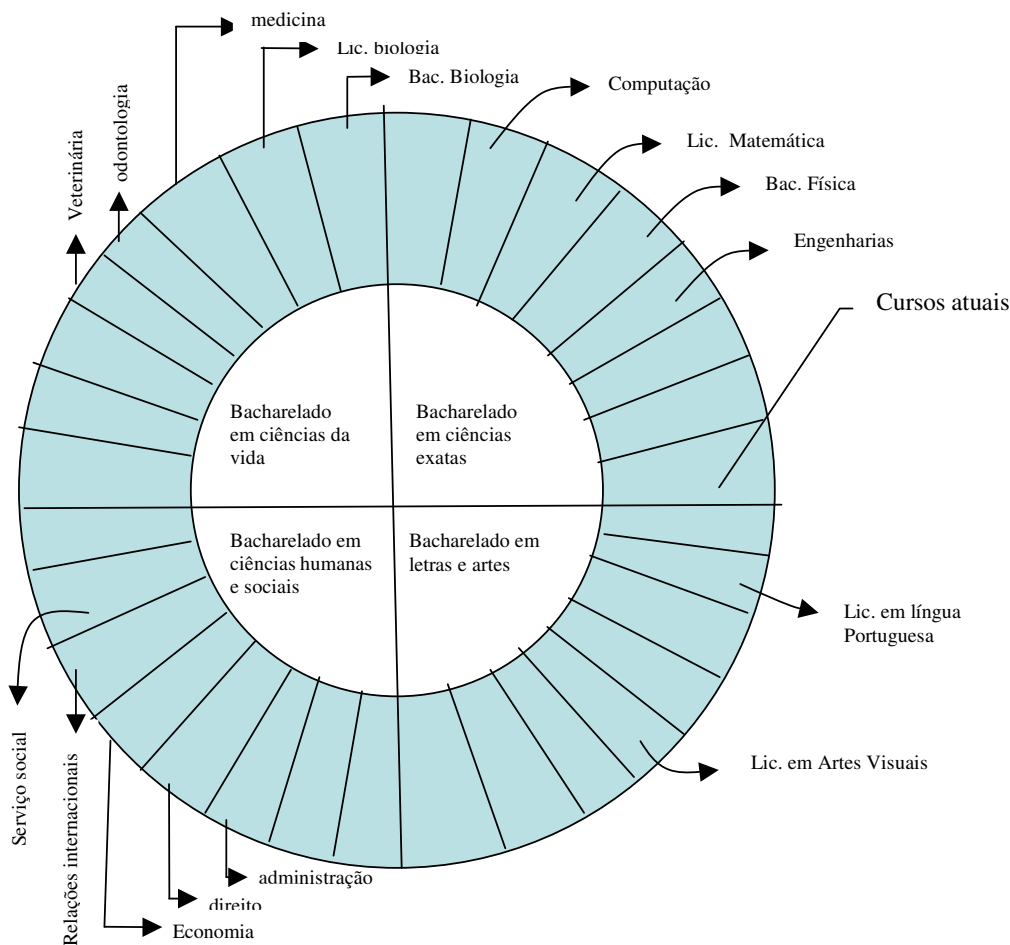
Os alunos que não conseguirem entrar em nenhum curso, terá ao final de três anos o diploma de bacharel, ou outro título qualquer, que se quiser dar a tal modalidade.

Um assunto passível de discussão seria: Um aluno de qualquer grande área poderia, dependendo do seu aproveitamento, se deslocar para um curso de outra grande área (isto pode evitar evasão)?.

Resultado: espera-se que os BGAs sejam uma alternativa aos alunos oriundos especialmente do ensino público do segundo grau, que não conseguiram êxito no vestibular aos cursos pretendidos, especialmente por não terem condições de cursar os cursinhos pré-vestibulares.

Com esforço próprio, pela dedicação aos estudos no BGA, é possível ingressar no curso almejado. Espera-se aqui, abolir as famigeradas cotas (como para negros, pobres, etc.) pois o vestibular para os BGAs será menos exigente que para os cursos já existentes.

NA FIGURA, PROPOSTA PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS BGAs (Os cursos que já existem continuarão como estão, seriam criados os BGAs. A partir destes, alunos poderão, por mérito, entrar em um curso na grande área escolhida)



Condição para implantação dos BGAs:

1. Contratação de professores, nível graduação e mestrado, a maioria, 20 horas, a estudar cada caso (não necessita doutores). Os professores dos BGAs que demonstrarem interesse, dedicação e bom desempenho terão a oportunidade de ingressar como professor dos cursos profissionalizantes (carece discussão)
2. Contratação de técnicos administrativos (secretários e auxiliares de laboratório, a maioria 20 horas, já que na UFG , prevalece o contrato de 20 horas)
3. Infraestrutura: para os cursos noturnos será aproveitada a infraestrutura já existente. Para cursos diurnos, construção de novas instalações e aquisições de equipamentos

Finalmente: Caso a proposta logre êxito, expandem-se os BGAs, reduzindo gradualmente vagas nos cursos por vestibular direto. Acesso aos cursos seria via BGAs. Caso não logre êxito, extinguem-se gradualmente os BGAs.

Prof Dr Tomás de Aquino Portes – Vice-Diretor do ICB/UFG – portes@icb.ufg.br

10/09/2007